

## Artigo 01

# CAPITALISMO, RACISMO, PATRIARCADO, DEPENDÊNCIA: POR UMA TEORIA UNITÁRIA MATERIALISTA, HISTÓRICO-DIALÉTICA\*

[versão de trabalho; favor não circular]

Marina Machado Gouvêa\*\*  
Maria Josefina Mastropaolo\*\*\*

## RESUMO

O presente artigo reúne algumas considerações em torno ao *materialismo* e à *concretude*. Faz um 'debate de método' sobre a relação entre a forma especificamente capitalista de exploração do trabalho, a dependência e as opressões de gênero e raça, remetendo à divisão sexual, racial e internacional do trabalho (componentes da divisão social do trabalho). Remetendo à relação entre determinação e sobredeterminação, toma-as como base da reprodução do racismo, machismo, homofobia e xenofobia em sua forma especificamente capitalista. Para não ser idealista e manter seu potencial como instrumento revolucionário, o marxismo não pode jamais se coagular em lista de 'categorias abstratas' a ser 'aplicada' na compreensão da realidade.

**Palavras-chave:** Marxismo; Divisão racial do trabalho; Divisão sexual do trabalho; Divisão internacional do trabalho; Reprodução capitalista.

## 1\_ MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E FILOSOFIA DA PRÁXIS

Temos frisado em outros trabalhos (MACHADO GOUVEA, 2016, 2017) que o objetivo do marxismo *não é* compreender adequadamente a realidade. Embora seja assim muitas

\* Versão preliminar deste artigo foi apresentada ao XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Ensino em Serviço Social (XVI ENPESS), realizado em Vitória entre 02 e 06 de dezembro de 2019.

\*\* Doutora em Economia Política Internacional (IE/UFRJ). Professora Adjunta na Escola de Serviço Social da UFRJ (ESS/UFRJ). Atualmente compõe a Diretoria da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e representa o Brasil na Diretoria da Sociedade Latino-Americana de Economia Política e Pensamento Crítico (SEPLA). Pesquisadora vinculada ao GT "Crisis y economía mundial" do CLACSO e coordenadora do Grupo de Estudos em Teoria Marxista da Dependência (GETD/UNILA/CNPq).

\*\*\* Graduada em Trabajo Social pela Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, em 2002. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2008 e doutora em Serviço Social também pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2014. Professora Adjunta na Escola de Serviço Social da UFRJ (ESS/UFRJ). Dedicou-se por vários anos às pesquisas na área da memórias, ditaduras, violência de Estado, democracias, políticas de memória, trauma. Tendo-se reorientado nos últimos anos pros debates do feminismo, violencia contra as mulheres, violencia obstétrica.

vezes indicado – especialmente em ambientes acadêmicos e mesmo em organizações políticas.

O objetivo de Marx, inclusive em sua contribuição teórica (práxis de formulação teórica) não foi compreender a realidade, mas sim transformá-la, como destacou o próprio revolucionário. E é relevante frisar isso, mesmo que soe como um ‘lugar-comum’, posto que é difundida com frequência a concepção de que o objetivo de sua crítica da economia política seria compreender o capitalismo em suas determinações mais essenciais<sup>1</sup>. Compreender o capitalismo é sim um objetivo, mas um objetivo subordinado a outro maior, a uma finalidade maior. O marxismo tem como finalidade a prática de transformação societária, compreendendo a relação entre teoria e prática na unidade da práxis e em seu movimento continuado. O objetivo do marxismo não é compreender o capitalismo e sim contribuir para superá-lo, na medida em que se constitua historicamente como arma na luta por esta superação. Coloca-se como ferramenta teórica para a luta de transformação. O marxismo tem a *práxis como finalidade*.

Entender a práxis como finalidade remonta à velha questão da relação entre teoria e prática, cuja adequada compreensão consiste na maior ruptura perpetrada pelo marxismo frente ao conjunto das ideias de seu tempo. Ao entender a práxis como finalidade, ao buscar um horizonte nada pequeno – superar a mercantilização, o capitalismo e as muitas formas capitalistas de opressão –, é preciso averiguar por onde superá-lo, como derrotá-lo. Basicamente é disso que se trata: reconhecer quais são as determinações mais essenciais e como estas sobredeterminam outras, através das quais também se reproduzem. Por isso, não é possível transpor experiências históricas de nenhum tipo. E, para tanto, faz-se imperativo ter a *práxis também como fundamento*. É aqui que reside a necessidade de conhecer a realidade. Pois não é possível trabalhar pela superação histórica daquilo que nós mesmos/as não compreendemos nas suas determinações mais essenciais. Para o marxismo efetivamente emancipatório, deve-se tratar de buscar partir da realidade como ela é, não da realidade como gostaríamos que

---

1 Apenas para situar a questão, citamos a apresentação disponibilizada no site da editora Boitempo quando da publicação do primeiro volume da nova edição de *O Capital*, em seu belíssimo projeto de reedição da obra de Marx, onde se diz: “*O capital* é uma contribuição basilar ao pensamento anticapitalista, em especial a tradição marxista, que de certo modo se consolida com este livro. O objetivo de Marx era, por meio de uma crítica da economia política, compreender como o capitalismo funciona. Diante desse desafio, ele desenvolveu um aparato conceitual e metodológico para entender toda a complexidade do capitalismo, as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa e a relação direta entre acumulação de capital e exploração da força de trabalho”. (Disponível em <https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/o-capital-livro-i-653>).

ela fosse, ou mesmo da realidade tal como a percebemos imediatamente, na aparência. Não se trata, pois, de conhecer a realidade em sua aparência, mas sim de buscar apreender o conjunto de suas determinações e sobredeterminações, algumas mais aparentes e outras menos aparentes<sup>2</sup>.

Cabe aqui problematizar brevemente a famosa 11ª Tese de Marx sobre Feuerbach, à qual implicitamente nos remetemos um pouco acima. Ela é comumente entendida apenas no sentido da finalidade de transformação com a qual iniciamos nossas considerações. E por isso, apenas em seu caráter de libelo à ação. Há aqui, contudo, uma outra importante ‘questão de método’, isto é, um importante divisor de águas sobre como perceber a realidade.

Mais que um libelo à ação – que é –, a 11ª Tese sobre Feuerbach é o reconhecimento da relação entre teoria e prática no fazer teleológico: na construção, ao mesmo tempo livre e condicionada, da realidade social. Sem compreendê-la, não há como compreender a reprodução social e suas determinações mais essenciais. Se a entendemos apenas como libelo à ação, deixamos espaço para considerar que uma teoria que tenha a si mesma como ‘escolástica’, desvinculada da prática, poderia ainda assim *compreender* a realidade e que apenas não agiria para transformá-la. Mas isso é um erro! Sem compreender a relação entre teoria e prática na reprodução material da existência humana, isto é, no fazer histórico (e que é, ela mesma, historicamente determinada), não há como chegar a uma compreensão materialista – que, ao sê-lo é sempre *histórica* e dialética. Não há como compreender a relação entre liberdade e condicionalidade no

---

2 Note-se que em geral as determinações mais essenciais à reprodução da existência (e que portanto sobredeterminam as demais) são menos aparentes à percepção imediata. É fácil perceber as cores, o formato, o material do qual é feita uma determinada mercadoria, que nos é externa e existe independentemente de nossa existência individual, embora a utilizemos em nosso dia a dia. Exatamente por ser externa a nós, é mais difícil contudo perceber precisamente que esta mercadoria é uma mercadoria, isto é, fruto do trabalho de seres humanos como nós e produzida para a venda. Esta é uma determinação de caráter essencial, pois a referida mercadoria foi produzida *com a finalidade de ser vendida* (esta foi a finalidade associada à práxis de sua produção) e, se não houvesse esta perspectiva, jamais teria sido sequer produzida, *não existiria*. Ser mercadoria sobredetermina portanto sua própria existência. Perceber esta relação concreta requer no entanto um maior esforço de pensamento, de abstração teórica teleologicamente dirigida. Pois requer que percebamos a mercadoria *em sua existência*, histórica, fruto processual, para além de sua aparência imediata de externalidade e objetividade (fundamentada na divisão social do trabalho e base da alienação e do fetiche da mercadoria). A partir da constatação sobre a essencialidade da mercantilização para a produção (e portanto existência) daquilo que nos rodeia e nos é necessário, podemos perceber como outras características das mercadorias, mais imediatamente perceptíveis – como suas cores, formato, material – são determinadas em função da própria mercantilização, isto é, em função da potencial venda com lucro, por parte dos/as detentores/as dos meios de produção. O que é o mesmo que dizer que são *sobredeterminadas* pela mercantilização, embora sejam elas mesmas determinantes do real. Aprofundaremos estas considerações mais adiante, tendo em vista a relação entre divisão racial, sexual e internacional do trabalho e o papel da mercantilização na reprodução material da vida sob relações capitalistas.

fazer histórico<sup>3</sup>. Termina-se tendo que recorrer necessariamente a idealizações prévias, para explicar o real.

Isso nos traz a necessidade de *continuada autocrítica*. Porque a própria realidade social é histórica, está em continuado movimento. E se a formulação teórica não se movimenta também, fossiliza-se, ossifica, coagula. Torna-se mero formalismo idealizado que, supõe-se, deve “se manifestar” na realidade concreta. Nada mais próximo ao ‘espírito absoluto’ de Hegel. Existiriam ‘categorias abstratas’ que ‘se manifestam’ de distintas formas na realidade concreta<sup>4</sup>.

Considerar possível a construção pronta e acabada de um ‘método’ de análise a ser então ‘aplicado’ à realidade reduz o marxismo a uma caricatura da ciência burguesa.

O que não significa que as tendências predominantes do movimento do real sejam incognoscíveis, claro está. As determinações mais essenciais da realidade social, exatamente por seu caráter concretamente essencial à reprodução material, tendem a se universalizar. Em termos filosóficos, constituem concretamente o “momento predominante” da reprodução material. (Assim, o essencial tende materialmente a universalizar-se. Mas o contrário não é verdadeiro, e nem tudo que percebemos como universal constitui também os complexos de determinações mais essenciais à reprodução material<sup>5</sup>).

---

3 Ou, o que é o mesmo, teleologia e determinidade.

4 Notemos o absurdo dessa formulação! A abstração é um processo do pensar, reduz-se ao pensamento. Não existem ‘categorias abstratas’, o abstrato *não existe*. A abstração é necessária para refletir o real, para apreender, compreender o real. Mas as determinações refletidas, inclusive aquelas que exigem maior esforço de abstração (como a forma-mercadoria), são todas reais, concretas, jamais abstratas! Este é um erro comum ao se indicar, por exemplo, que a exposição de Marx em *O Capital* ‘vai do abstrato ao concreto’. Isto não é verdade. A exposição de Marx vai das determinações *concretas* que *requerem maior esforço de abstração* para serem apreendidas (precisamente por seu caráter essencial e sobredeterminante) às determinações *também concretas* que requerem menor esforço de abstração para serem imediatamente apreendidas (por seu caráter mais aparente e menos sobredeterminante), mas que só podem ser compreendidas de fato à luz da compreensão daquelas determinações mais essenciais à reprodução do real.

5 Esta reflexão traz consigo uma importante nota sobre universalidade e essencialidade. Mostra as diferenças entre um processo teórico de abstração que busque apenas identificar as determinações aparentemente mais comuns e universais a uma determinada realidade, por um lado, e aquele processo de abstração que busque compreender as determinações mais essenciais à reprodução social. Nem todas as determinações concretamente universais em uma dada época (perceptíveis através da abstração de características singulares ou particulares) são as mais essenciais à reprodução social, embora o mais essencial tenda sempre a universalizar-se, como já se fez referência. É muito clara a consideração de Engels a esse respeito, em “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã” ([1886] 1986), ao afirmar que aquelas características que, por sua universalidade e frequência na Alemanha do século XIX, Feuerbach considera como determinantes da ‘essência humana’ não compõem de nenhuma maneira uma ‘essência humana’ anistórica (inexistente), mas apenas características do homem alemão burguês no século XIX (note-se que, aqui, cabe bem ‘homem’ e não ‘ser humano’), cuja existência deve ser compreendida à luz do entendimento sobre a reprodução social, tomando a existência (a História) como único pressuposto.

Pode parecer que estas considerações filosóficas nada têm a ver com o tema deste artigo, a relação entre capitalismo, racismo, patriarcado e dependência. Mas têm. Pois compreender a *classe* dissociada da divisão racial, sexual e internacional do trabalho é uma idealização. Assim como também o é compreender o racismo, o patriarcado ou a dependência dissociados da mercantilização, que os sobredetermina na sociedade capitalista. Voltaremos a estas considerações mais adiante.

A compreensão do real deve estar em continuado movimento, em continuado confronto com o real, partindo sempre do real, sob a pena de tornar-se ela mesma uma idealização. Não existe método acabado que possa ‘ser aplicado’ à compreensão do real a partir de uma concepção idealizada prévia. Não basta, portanto, apenas conceber idealmente o que seria a realidade com base em conceitos, estabelecendo toda uma teoria do que é a realidade, pois *o critério em última instância é a própria práxis*.

As considerações anteriores são muito simples, uma vez apreendidas. E trazem importantes implicações práticas. Existe relação entre teoria e prática, no sentido em que o ser humano – ou seja, nós – é um animal que planeja suas realizações, que projeta as coisas antes de fazê-las. Em qualquer aspecto da vida está colocada a relação entre teoria e prática, por esse próprio pôr teleológico – criamos novas determinações, antes inexistentes, não apenas utilizamos aquelas que já existem orientando-as como meios para atingir nossos próprios fins<sup>6</sup>.

O primeiro ponto que destacamos é este, portanto: o objetivo do marxismo não é conhecer a realidade; *o marxismo tem a práxis como finalidade, como fundamento e como critério da teoria*. Todas as formulações teóricas o têm, mesmo aquelas que não o reconhecem. Mas uma formulação que tenha a revolução societária como objetivo necessita ser radicalmente materialista. Deve entender a si mesma como *filosofia da práxis*. O marxismo é a primeira concepção teórica a reconhecer, através de um processo de desidealização, o lugar da própria teoria em sua relação com a prática. Nesse sentido dialoga, inclusive, com concepções não ocidentais que têm a unidade do *sentipensar* em seu cerne, como aquelas de muitos povos originários americanos.

Por seu caráter finalístico ético-político e de transformação societária, o marxismo deve ter a prática como finalidade, fundamento e critério de maneira radical. Deve compreender que a realidade só existe enquanto totalidade, em suas determinações e sobredeterminações.

---

6 Realizamos um breve debate sobre a relação entre fins e meios e suas implicações táticas e estratégicas em MACHADO GOUVEA, 2016.

## 2\_MARXISMO, EMPIRICISMO E ESSENCIALISMO

A afirmação de que o critério da verdade teórica é em última instância a própria práxis remete à expressão tão comumente utilizada nos âmbitos marxistas e em organizações militantes, de que o critério da verdade é a prática. Tomar a prática como critério da verdade não é, contudo, tão simples como pode à primeira vista parecer.

Não basta dizer que ‘a realidade comprovou o que nós pensamos’, pois a própria percepção empírico-sensorial também passa por uma mediação conceitual. Só somos capazes de percepções tão sensoriais quanto ‘frio’, ‘quente’, ‘verde’, ou ‘amarelo’, por exemplo, através de um inevitável processo de mediação teórica, associado à forma especificamente humana de apreender a realidade. Sentimos o ‘frio’ com o tato, mas esta sensação é mediada no plano teórico-conceitual. ‘Frio’ é um conceito.

Marx propõe uma ruptura com a divisão entre razão e sensação que caracterizava o embate da filosofia burguesa entre racionalismo e empirismo há dois séculos. Considera ambos como correntes idealistas<sup>7</sup>. Como seres humanos, reconhecemos a realidade através da abstração teórico-conceitual, faculdade que foi (e segue) se aprimorando historicamente. Então, o próprio reconhecimento da realidade concreta não é ‘somente empírico’, no sentido empiricista; passa sempre por uma mediação teórica.

Tomar a prática como critério da verdade parece, portanto, ser tarefa simples, que remete apenas à verificação empírica das formulações teóricas, como no método científico burguês. Mas vai muito além (e quanto mais complexa a realidade a ser apreendida, maiores as mediações necessárias e maior o espaço, portanto, para os embates de tática e estratégia). A realidade só existe como existe e, portanto, só existe enquanto totalidade, histórica. A sobrevalorização de alguns complexos de determinações em detrimento de outros idealiza a realidade, deturpa-a, fatiando-a em pedaços ou seções, como em um açougue. As duas formas mais comuns de idealizar o real ‘fatiando-o’, dentro de concepções pretensamente materialistas, são o empiricismo e o essencialismo.

---

7 Destacamos novamente a unidade do ‘sentipensar’ que as lutas comunitárias dos povos originários têm aportado na América Latina, a partir de uma matriz de conhecimento irreprodutível na dinâmica societária capitalista fora daquelas comunidades e que traz consigo possíveis germes na luta contra a mercantilização da vida.

O *empiricismo* tende a considerar como abordagem materialista sobre a realidade aquela que reconhece apenas as determinações concretas mais imediatamente perceptíveis.

Num exemplo fácil, seria como observar uma garrafa plástica de água (concreta, não uma ‘garrafa ideal’, mas sim uma garrafa concreta específica, existente) e reconhecer, por exemplo, sua tampinha branca, a cor azul da garrafa, o fato de que é de plástico, o formato da garrafa. Identificar tudo aquilo que se consegue reconhecer imediatamente, tomando esta apreensão por materialista, já que se atém a ‘percepções concretas’. Sem identificar, contudo, outras determinações tão concretas quanto essas, mas que exigem uma mediação teórica mais elaborada, exigem um maior esforço de abstração para serem reconhecidas. Seguindo neste exemplo: não reconhecer que nossa garrafa é concretamente uma mercadoria é *deixar de reconhecer sua própria existência material*; é abandonar de vez o materialismo, afinal, não fosse ela uma mercadoria, sequer existiria. Não teria sido produzida, em sua concretude. Nossa garrafa concreta foi concretamente produzida visando ao lucro, foi produzida enquanto mercadoria, e esta é uma determinação essencial de sua existência material. Atentemos, aqui, novamente, a algo muito importante: As determinações que exigem uma maior abstração para que sejam reconhecidas não são, portanto, elas mesmas ‘determinações abstratas’. Não existem ‘determinações abstratas’. A abstração se restringe ao plano da ideação, que informa a transformação do real, mas não é, ela mesma, a transformação do real. A garrafa plástica do exemplo é *concretamente* uma mercadoria (embora o reconhecimento teórico desta condição exija um maior esforço de abstração).

O empiricismo – que Marx critica, por exemplo, em Feuerbach – é idealista porque reconhece apenas o que está imediatamente colocado. O mais aparente. É um materialismo mecanicista, que, ao não partir da História (da concretude, que exige raciocínio dialético em sua apreensão), não percebe todas as determinações materiais. ‘Fatia’ a realidade. Frequentemente são justo os complexos de determinações mais essenciais à própria reprodução material (isto é, à existência) que não são reconhecidos. O empiricismo afasta-se, portanto, da própria existência concreta para tentar explicá-la – bem como para tentar explicar as determinações mais imediatas do real, que são de fato apreendidas. Para explicar a existência destas determinações efetivamente apreendidas, recorre-se assim à idealização de outras, tidas como essenciais sem apreendê-las na própria realidade material e em sua reprodução. Como explicar, por

exemplo, o porquê de ser a garrafa azul, sem compreender que ela é uma mercadoria, feita para ser vendida?<sup>8</sup>

Na teoria econômica – e na teoria social em geral –, este *influxo idealista empiricista* é muito comum na aproximação às formações sociais particulares. Reconhece-se apenas as determinações materiais mais aparentes, que configuram de fato características específicas daquelas formações sociais (como, no caso dos países dependentes, o desemprego, a miséria, os baixos salários, as más condições de trabalho, os fluxos migratórios, a ausência relativa de direitos, a fuga de capitais, a primarização, etc.). Para explicar o porquê da existência das características descritas, contudo, tem-se que recorrer a concepções idealizadas sobre a ‘essência’ daquelas formações sociais.

Por outro lado, e até para combater esse erro, às vezes alcançamos perceber as determinações mais essenciais de determinado processo, mas, neste movimento, apegamo-nos tanto àquele ‘achado’ que o idealizamos, como se o mesmo pudesse existir concretamente dissociado (ou antes) de outras determinações, particulares.

Este *influxo idealista essencialista* é muito comum nas lutas políticas. Reconhecendo, por exemplo, o caráter essencialmente sobredeterminante da opressão de classe sobre outras formas de opressão (afinal, a própria reprodução destas várias formas de opressão responde à reprodução societária capitalista), incorre-se em uma idealização da opressão de classe, como se ela pudesse materialmente existir e se reproduzir sem a reprodução também de todas as outras formas de opressão, ou como se pudesse vir a prescindir das mesmas.

Vejamos o caso do patriarcado capitalista e da questão de gênero, por exemplo: o trabalho doméstico feminino não mercantilizado e não pago faz parte, materialmente, da reprodução da força de trabalho. Não existe socialmente a reprodução da mercadoria força de trabalho sem a reprodução do trabalho doméstico feminino não mercantilizado e não pago, que está na base da forma especificamente capitalista da reprodução da opressão patriarcal (embora não seja a única forma de reprodução dessa opressão). Um não existe ‘antes’ e o outro ‘depois’. Embora a forma concreta da questão de gênero hoje esteja sobredeterminada pela divisão sexual do trabalho, que é por sua vez sobredeterminada pela mercantilização da reprodução da vida e da própria força de trabalho. De modo que, apesar da existência de sobredeterminação e determinação, não é correto que uma luta venha antes e a outra depois.

---

8 Feuerbach recorre à sua concepção sobre a essência humana, por exemplo, que determinaria a História. Quando ‘materialista’, não considera a história, apenas o imediato, e, quando passa a levá-la em consideração, o faz de maneira idealizada, como afirma Engels ([1886] 1986).



O mesmo poderia ser dito sobre a questão racial. A divisão da sociedade em ‘raças’ determinadas pela cor da pele surge com a colonização europeia ao redor do mundo, no processo que viria a coadjuvar o surgimento e cada vez maior predominância do modo de produção capitalista. Quando uma raça (a branca) é tida como superior às demais e como marcadora do ‘homem universal’ – aquele que se constitui cidadão com direitos –, esta raça também é valorada superiormente, inclusive em termos do valor de troca de sua força de trabalho. A distinção no valor de troca da força de trabalho não-branca (em especial negra e indígena) permite rebaixar o valor da força de trabalho em geral e aumentar a taxa de exploração, em particular sobre esta população. Não existe capitalismo ‘antes’ e divisão racial do trabalho ‘depois’, apesar da sobredeterminação da divisão racial do trabalho pela mercantilização da reprodução da vida.

Ou, no exemplo da garrafa: na apreensão essencialista, é como se esta pudesse ser mercadoria (concretamente, não abstratamente), *antes* de ser de plástico, sem ser azul, sem ter a tampa que tem, etc. Como se a garrafa pudesse ser mercadoria *antes* e garrafa *depois*. Como se pudesse existir concretamente sem existir, *manifestando-se em sua própria existência*.

A única maneira de chegar à conclusão de que a garrafa pode ser mercadoria sem ser de plástico, etc., é através do processo de abstração teórico-conceitual que é efetivamente necessário para perceber suas determinações mais essenciais. Isso *dá a impressão* de que estamos praticando o materialismo histórico e dialético, a partir das propostas mais centrais ao marxismo. Ao extrapolar contudo esse processo, *essencializando* aquela abstração independentemente de sua reprodução concreta, a mesma deixa de constituir um reflexo da existência material e passa a ser uma idealização estática. Novamente, não se toma a prática (a existência material) como critério da verdade. Também aqui, postula-se uma absurda *separação entre essência e existência*.

É esta a essência da crítica que Marx e Engels fazem a Hegel, a seu excessivo racionalismo, ao “Império da Razão”. Mesmo partindo inicialmente do concreto, da existência, postula-se idealmente uma essência do concreto cujo movimento deve, a partir de então, retornar e “manifestar-se”, ou “expressar-se” novamente no concreto<sup>9</sup>.

O essencialismo é particularmente frequente na crítica da economia política a partir das ‘ciências econômicas’, onde não raro se diz que “a lei do valor se manifesta

---

9 Para um debate sucinto, em Marx, sobre este erro, sugere-se a leitura do ponto 3 (“O método”) do texto hoje denominado “Introdução” [1857] e constante nos *Grundrisse*. (Publicado originalmente no Brasil em *Para a crítica da economia política*, 1985)

na realidade concreta”, como se ela mesma fosse uma ‘determinação abstrata’ (o que é um contrassenso), a partir da qual a história deve manifestar-se. O marxismo se fossiliza, formaliza-se, e se torna uma imitação caricata do método científico burguês.

Seguindo o fio condutor ao qual Marx chega<sup>10</sup>, e que guia sua investigação materialista da realidade concreta – o que é já um pleonasma, pois a realidade sempre é concreta –, e ainda mais se pretendemos uma análise cuja finalidade é revolucionária, conclui-se que precisamos *compreender a concretude como totalidade*.

É fundamental compreender a realidade na sua totalidade, seu conjunto de determinações. E compreender isso significa partir das características mais imediatas e entender o que é fundamental para própria reprodução da existência, entender qual é o conjunto de valores que guia mais essencialmente a (re)produção da realidade social como práxis. E, a partir dessa compreensão, tratar também de re-compreender aquelas determinações mais imediatas, cuja existência é por elas sobredeterminada. (Neste caminho é possível, para finalizar o exemplo da garrafa, entender que a garrafa é uma mercadoria, e assim entender por que ela é azul – para mostrar que a água parece mais pura e vender mais, por exemplo.) Neste processo, é possível não se limitar à descrição aparente das coisas – e dos processos históricos, da formação social brasileira, da conjuntura –, mas compreender o porquê elas existem, da maneira que existem e se reproduzem concretamente. Esta compreensão deve estar em movimento, em continuada autocrítica.

A forma-mercadoria se universaliza porque é concretamente essencial à reprodução material da vida (constitui concretamente o momento predominante daquela reprodução e determina as decisões de produção como finalidade), não porque, enquanto ‘determinação abstrata’, *manifesta-se, expressa-se ou desdobra-se* na realidade concreta.

---

10 Que se resume à necessidade de *partir da história* na investigação do real, isto é, compreender que, para fazer história, os homens (e mulheres) devem estar vivos e, para tanto, reproduzir materialmente suas vidas (cf., de Marx e Engels, *A ideologia alemã*). Reparemos, desde já, que ‘partir da história’ não é o mesmo que ‘contar a história’. ‘Partir da história’ é partir do real, propor-se uma reflexão materialista sem idealizações prévias e sem seccionar a realidade. É um requisito necessário inclusive para ‘contar a história’ desde uma perspectiva materialista, compreendendo o desenrolar de determinações e sobredeterminações. ‘Contar a história’ não é necessariamente materialista, pois pode ser feito de maneira idealizada, a partir de concepções idealizadas sobre a própria história. É possível ‘contar a história’ sem ‘partir da história’, idealizando-a. (É por isso, por exemplo, que o capítulo sobre a acumulação primitiva de capital não é o primeiro do livro 1 do *Capital*: sem compreender a essencialidade da mercantilização à reprodução capitalista da vida e sua relação com a divisão social do trabalho, não é possível compreender o processo de acumulação primitiva de capital em sua historicidade).

Remete-se, assim, à questão da *totalidade concreta como unidade*. À questão da *concretude das determinações mais essenciais e não apenas das mais particulares*. E, portanto, à necessidade de considerar sob o prisma da totalidade aquela essencialidade, que tende a universalizar-se. E de considerar sob o prisma da totalidade também as particularidades, na medida em que se reproduzem a partir da própria reprodução das determinações mais essenciais. Em suma, a necessidade, no marxismo, de tomar como único pressuposto a existência concreta.

No tema que aqui nos ocupa – a relação entre capitalismo, racismo, patriarcado e dependência –, fica indicada a necessidade de apreender a realidade como totalidade e não apenas como sistemas separados que se interseccionam. O que aponta para uma ‘teoria unitária’ como agenda de pesquisa. E mais, como síntese histórica concreta a partir das lutas. As opressões não se somam, separadamente. *Constituem uma mesma realidade, que se reproduz apenas enquanto totalidade, em suas determinações e sobredeterminações, na universalidade, particularidades e singularidades*<sup>11</sup>.

A clareza e o conteúdo disruptivo das formulações de Marx é realmente impressionante. Muito impressionante. Sempre mais, a cada nova leitura, a cada arrebentar e reconstruir, a cada aprofundamento na compreensão. É ainda mais impressionante se considerarmos que sua obra foi escrita em um momento no qual a forma-mercadoria apenas começava a se generalizar.

### **3\_RAÇA, GÊNERO, CLASSE E CONCRETUDE**

Resulta hoje difícil de negar que as formulações de Marx pagaram o tributo oitocentista à ilustração, que habilitou, inclusive ao pensamento mais concretamente crítico da época, confiar na existência de um ser humano herdeiro universal das conquistas da modernidade, e que a partir de 1848 começou a se distinguir na medida em que se reconheceu como proprietário ou não dos meios de produção.

---

11 Não é nosso intuito neste trabalho debater a contraposição de apreensões como ‘interseccionalidade’ ou ‘constancialidade’ (cf., por exemplo, CRENSHAW (versão em português de 2012) e KERGOAT ([2006] 2010), respectivamente). Tampouco defender uma ou outra proposta marxista de ‘teoria unitária’ partindo da totalidade (cf. ARRUZA (2015) ou VOGEL (1983), por exemplo), ou mesmo o maravilhoso aporte daquelas companheiras que o fazem já tendo uma perspectiva de totalidade como guia para a apreensão teórica da realidade concreta (como DAVIS o faz em *Mulheres, raça e classe*, [1981] 2016, por exemplo). Este é um esforço histórico, que jamais poderá se dar apenas na elaboração de artigos acadêmicos. Visamos aqui tão somente a aportar algumas considerações, partindo do debate sobre o que configura uma perspectiva materialista de apreensão do real e a importância política da mesma, se pretendemos revolucionar a realidade.

Na construção da noção de ‘humano universal’ operou um processo que encontra analogias com o desenvolvimento da ideia do Deus monoteísta judaico-cristão. Uma projeção tipificada do grupo humano que detém o poder e a consolidação da imagem projetada como modelo e ideal de existência humana. A partir daí, qualquer discidência com o tipo humano ‘ideal’ foi considerada uma particularidade, um ‘a mais’ da condição humana – ou um ‘a menos’.

Assim sendo, por longas décadas o pensamento crítico – tanto no âmbito acadêmico quanto no âmbito das organizações políticas – considerou a existência de uma ‘contradição principal’ em cuja resolução estaria implicada a resolução de outras opressões que afetariam os sujeitos de forma particular, e que portanto seriam questões menores. Menores na sua relevância teórica, menores na sua necessidade de representatividade, menores no tempo destinado em grades curriculares, menores nas pesquisas, nos eventos acadêmicos, menores no interior das organizações políticas.

A organização e a luta de ‘sujeitos particularizados’, desde os últimos sessenta anos, foi gritando a denúncia de que o ‘humano universal’ não apenas não contemplava as particularidades, mas que é precisamente nessas particularidades que se expressa o universal. Dialética muito simples de ser compreendida lendo os *grundrisse*, mas que encontra limites racionais e afetivos na hora de captarmos tal movimento na concretude histórica. (Ou de entendermos que o materialismo-dialético, se materialista, deve ser necessariamente histórico-dialético.)

Assim, aquilo que era considerado como particularidade começou a ser olhado junto à totalidade, mediado pela noção de ‘recorte’. Apresentam-se perspectivas de classe com recorte de gênero, isto é, trazendo pro interior da discussão a existência de mulheres; ou com recorte de raça, isto é, negros (e negras) fazem parte da sociedade de classes, assim como povos originários.

A contribuição desse esforço teórico é o reconhecimento de que o pretense ‘sujeito universal’ não contempla a totalidade da humanidade e não existe, dissociado da particularidade.

Contudo, tal perspectiva não deixa de mostrar limites na compreensão da totalidade social. Pensemos, o que é um recorte? Se há possibilidade de se fazer um ‘recorte’ haveria também a possibilidade de não se fazer? Há alguma possibilidade de produzir uma compreensão da dialética histórica do desenvolvimento da sociedade capitalista sem uma compreensão dos processos de desenvolvimento da divisão sexual e racial do trabalho?

Desde as periferias do capital, fundamentalmente desde a África e a América Latina, é impossível negar a aparência de que tanto o racismo como o patriarcado fundamentam as estruturas deste modo de produção. A partir destes territórios, proliferaram portanto questionamentos a respeito das promessas da modernidade, que colocam em xeque as iluminadas certezas que Ocidente plantou.

O fato de que mulheres (na Europa) e homens e mulheres, negras/os e indígenas (nas Colônias) tenham sido marginalizadas/os do contrato social que está implícito no salário (e, na prática, tenham o valor de sua força de trabalho determinado abaixo do valor da força de trabalho do homem branco – para nem mencionarmos o preço), com a consequente naturalização da sua exploração, sustenta Federici (2017), não significa que tanto uns quanto outras não tenham desenvolvido desde os primórdios da acumulação primitiva, uma atividade produtiva e reprodutiva sem as quais não teria sido possível a acumulação de capital.

Federici, por exemplo, demonstra – através de pesquisa histórica – como no desenvolvimento de uma disciplina capitalista do trabalho se imbricam historicamente a formação do operariado urbano (que supõe a expulsão dos camponeses da terra, cercamentos, perseguição de vagabundos), o desenvolvimento da escravidão moderna e a guerra contra as mulheres.

A guerra contra as mulheres na Europa se valeu de várias estratégias de disciplinamento que fizeram parte de uma campanha de perseguição àquelas consideradas como bruxas, isto é, a qualquer mulher não submissa, impulsionada tanto pelo poder religioso, católico e reformado, quanto pelo poder secular. Esta campanha, por um lado, expropriou as mulheres do controle sobre o próprio corpo, degradando a reprodução a condição de trabalho forçado, naturalizando essa função, e velando pela centralidade econômica da criação da força de trabalho nos processos de valorização do valor. Ao mesmo tempo, o nascente mercado de trabalho artesanal foi restrito na incorporação das mulheres, que sem mais acesso a terras e sem poder negociar sua força de trabalho, ficaram com escasas alternativas para sobreviver dentro deste sistema. Sobrava como alternativa vender serviços sexuais a diversos compradores, através da prostituição, ou vendê-lo a um comprador através do contrato matrimonial. Em um ou outro caso, o corpo feminino se tornou território de ocupação.

Escravidão dos corpos negros e liberalismo sempre conviveram na sociedade capitalista, desde cujos primórdios a população africana foi escravizada com a finalidade de viabilizar a produção de mercadorias, embora não tivesse sua própria força

de trabalho mercantilizada. A justificativa ideológica daquela escravização – o racismo e o rebaixamento das populações não-brancas, em especial a negra, a raça inferior – é a mesma que permite hoje o rebaixamento relativo do valor da força de trabalho negra e indígena e seu cerceamento a apenas determinadas tarefas na divisão social do trabalho. Para além desta diferenciação no valor da força de trabalho, incide ainda o maior desemprego de mulheres e negros/as, que rebaixa seus salários ainda abaixo daquele valor, configurando a superexploração de sua força de trabalho e coadjuvando os processos migratórios que permitem atualmente esta expansão nos países centrais.

A misoginia patriarcal e o racismo foram sendo desenvolvidas no processo de usurpação e hipersexualização dos corpos femeninos e negros, “definindo a negritude e a feminilidade como marcas de bestialidade e de irracionalidade” (FEDERICI, 2017, p.360)

Foi a partir das colônias americanas, seguindo o raciocínio proposto por Aníbal Quijano (2005), que foi desenvolvida a própria ideia de ‘raça’, uma distinção que “talvez tenha se originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas deferenciais entre esses grupos” (QUIJANO, 2005, p.119). Tinha-se o intuito de desenvolver uma força de trabalho factível de ser escravizada – e, posteriormente, hiperexplorada – e que assim mediasse o processo de expropriação que estava se projetando para estes territórios, *sem o qual não teria sido possível a revolução industrial*.

Tanto a misoginia patriarcal quanto o racismo consolidaram durante a acumulação primitiva hierarquias de poder que hoje se perpetuam, e se intensificam em cada rodada de acumulação primitiva (Federici, 2018) e na própria acumulação capitalista, sem precisar sustentar acusações de bruxaria ou negar a negros e negras a condição de ‘filhos de Deus’.

#### **4\_DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA E CONCRETUDE**

A superação do capitalismo nos países latino-americanos não pode se dar fora da luta pela integração solidária, latino-americanista e rechaçando a forma-mercadoria (e, portanto, a lei do valor). Não existe processo de transição para o socialismo possível na região do mundo na qual vivemos fora da luta contra as opressões que particularizam a

reprodução capitalista em Nuestra América. E não existe processo de transição para o socialismo possível na região fora do compartilhamento não mercantil das potencialidades regionais de satisfação das necessidades sociais.

As mesmas determinações concretas que conferem veracidade a estas afirmações são, contudo, também a base material para a difusão da defesa do desenvolvimentismo na América Latina. Em geral fundado na defesa da necessidade de superar o ‘capitalismo *latino-americano*’, não o ‘capitalismo latino-americano’.

O pressuposto fundamental deste jogo de palavras, claro está, é de que seria possível superar as mazelas particulares ao capitalismo na América Latina sem a superação da própria forma societária capitalista, chegando, nesta concepção, a um capitalismo ‘mais desenvolvido’ do ponto de vista econômico, social e político. Tal indicação é possível apenas se partimos de uma apreensão empiricista sobre a dependência, deixando de enxergá-la como complexo de determinações concretas da reprodução capitalista.

A teoria marxista da dependência, na qualidade de conjunto de formulações teóricas a partir do marxismo (e portanto buscando partir da totalidade concreta, que compreende singular, particular e universal) sobre as determinações particulares ao desenvolvimento capitalista latino-americano que configuram concretamente o complexo denominado como dependência, embora também possa incorrer em essencializações, aporta importantes reflexões para a crítica a uma perspectiva desenvolvimentista e para a luta pela superação do capitalismo na América Latina.

Muitas das particularidades do capitalismo latino-americano (e brasileiro) são verificáveis empiricamente e se encontram amplamente descritas em obras sobre a formação social latino-americana (e brasileira), o desenvolvimento capitalista na América Latina (e no Brasil) e as particularidades da questão social e de suas refrações no Brasil (não há muitas obras sobre a questão social na América Latina). As possíveis divergências se encontram no embate sobre o porquê destas particularidades existirem e se reproduzirem, afinal toda verificação empírica produz um reflexo conceitual e supõe, portanto, mediações teóricas.

O cerne do debate: a dependência é um traço do capitalismo latino-americano ou a dependência é o próprio capitalismo latino-americano, particularizado? Em outras palavras: as determinações mais universais do modo de produção capitalista podem ser

reproduzidas em regiões dependentes sem reproduzir, ao mesmo tempo, aquele conjunto de determinações particulares?<sup>12</sup>

Esta relação entre particularidade e universalidade permite ainda outra analogia, com as lutas por direitos. É possível dissociar a reprodução das opressões de classe da reprodução de todas as demais opressões? Respondemos: *não é possível superar de fato a opressão de classe capitalista sem a superação da forma capitalista de todas as opressões concretas*. E não é possível superar a forma capitalista destas opressões sem superar a opressão de classe. A estas constatações deve aportar a compreensão da concretude da reprodução capitalista.

É da produção e consumo de mercadorias como forma de reprodução material da vida, com a mercantilização da própria força de trabalho, que decorre a contradição entre produção social e apropriação privada nas sociedades capitalistas. (E o caráter cada vez mais social da produção e cada vez mais privado da apropriação.)<sup>13</sup> Assim, é necessário investigar as particularidades da reprodução capitalista dependente. Mas partindo da compreensão de que é a própria produção e consumo de mercadorias que sobredetermina estas particularidades. Elas não existem dissociadas da produção e consumo de mercadorias. E, por sua vez, a própria produção e consumo de mercadorias só existe na reprodução desta totalidade – e é dela indissociável. Ao se reproduzir a vida por intermédio da forma-mercadoria, reproduzem-se e aprofundam-se aquelas determinações particulares. Ou, em outros termos: o desenvolvimento capitalista na América Latina reproduz a dependência.

---

12 Notemos que é clara aqui a analogia com a controvérsia travada no seio da II Internacional (e que levou à sua ruptura) sobre a caracterização do imperialismo no início do século XX. Tratava-se de um traço do capitalismo na virada do século (um tipo de política econômica) ou do desdobramento histórico do próprio capitalismo, em sua totalidade (e que se encontrava na raiz de seu traço mais perceptível empiricamente, a corrida armamentista)?

13 A teoria marxista da dependência avança na compreensão da realidade social latino-americana, portanto, porque propõe a apreensão das particularidades do capitalismo na região a partir do marxismo, buscando entendê-las sob a perspectiva da compreensão da própria existência social – da reprodução material da existência. Deve, por isso, relacionar as particularidades do capitalismo na região às determinações mais essenciais desta reprodução material que, dado o caráter capitalista de nossa conformação societária, são as determinações mais essenciais à própria reprodução capitalista: a produção e consumo de mercadorias, com a mercantilização da força de trabalho. Não se trata de compreender a reprodução capitalista na região em comparação àquela que se dá nos países centrais, tomando-os como ‘tipo ideal’. Mas, ao contrário, de compreender a concretude de ambos os processos e sua complementaridade na reprodução e historicidade do próprio modo de produção capitalista em escala mundial.



#### **4\_EMPIRICISMO E ESSENCIALISMO NA INVESTIGAÇÃO DA ‘QUESTÃO SOCIAL’ E NA TEORIA SOCIAL EM GERAL**

Com estas reflexões, chegamos ao quarto ponto, *uma consideração “de método” sobre o empiricismo e o essencialismo na investigação da questão social e de suas refrações.*

Parece-me que, também no que diz respeito à análise da questão social e de suas refrações, o empiricismo e o essencialismo estão sempre à espreita. É comum encontrar a seguinte dicotomia: ou se analisa a questão social na América Latina apenas pelos elementos mais imediatos – por exemplo, ao descrever o desemprego, descrever a desigualdade, descrever as condições de trabalho –, mas sem entender o porquê isso existe, da maneira que existe, sem uma teoria sobre o que é a dependência latino-americana; ou então se analisa somente as determinações mais essenciais do capitalismo, porém sem compreender que isso não existe dissociado da história, não existe anistoricamente, não existe fora das condições concretas nas quais existe. Portanto, a questão social tem sim particularidades na América Latina que precisam ser compreendidas, porque a realidade social latino-americana existe e tem particularidades, assim como qualquer outra realidade social.

De distintas maneira empiricista e de maneira essencialista, portanto, o idealismo parte e reproduz uma absurda contraposição entre essência e existência. É frequente, inclusive, que ambas se combinem.

Este não é um ‘problema do serviço social’, mas sim constitui dois importantes influxos idealistas no marxismo, de cuja tradição as formulações sobre a ‘questão social’ são herdeiras. E, se consideramos esta tradição, deve ser, como tudo, compreendido à luz da História, único pressuposto do materialismo histórico-dialético, único pressuposto do marxismo. (Ao contrário da ciência burguesa, o marxismo não deve ter ‘pressupostos’ ou ‘postulados’. Seu único pressuposto é a existência social concreta.)

Para combater o assistencialismo clássico, empiricista, reivindicou-se através do movimento de reconceituação crítica do serviço social o caráter materialmente essencial dos complexos de determinações que conformam a ‘questão social’, remetida à contradição estruturante do próprio modo de produção capitalista entre a produção cada vez mais social e a apropriação cada vez mais privada, e não à escassez, como defendia o assistencialismo clássico.

Em muitas apreensões, contudo, esse caráter essencial é idealizado e essencializado, dissociado das formações sociais concretas, isto é, de sua própria existência e concretude, mediante a qual os complexos de determinações que remetem à ‘questão social’ sobredeterminam a reprodução social em seu conjunto.

Identificando aquele essencialismo, que por vezes possibilita e idealiza a ‘questão social’, ocorre contudo também com frequência que não existe muito material disponível para estudar aquelas particularidades ou especificidades da formação social a partir de uma perspectiva efetivamente materialista. O material que existe – inclusive em muitas obras clássicas – escreve brilhantemente aquela especificidade e falha em perceber quais são suas determinações mais essenciais, idealizando-as.

Produz-se, assim, não raro, o amálgama entre uma visão essencializada acerca de uma ‘questão social’ ideal, que “se manifesta” ou “se expressa” na realidade concreta, entendida de maneira empiricista.

## 5\_REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUZZA, Cinzia. “Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo”. Revista Outubro. 2015.

BOITEMPO. “O Capital [livro I]”. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/o-capital-livro-i-653>. Acesso em: 7 jul. 2018.

CARCANHOLO, Reinaldo. *Marx, Ricardo e Smith: sobre a teoria do valor-trabalho*. Vitória: EDUFES, 2012, 248p.

CRENSHAW, Kimberlé. “A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero”. 2012.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, [1981] 2016.

ENGELS, Friedrich. “Do socialismo utópico ao socialismo científico”. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

ENGELS, Friedrich. “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

FEDERICI, Silvia. *Calibán e a bruxa. Mulheres corpo e acumulação primitiva*. São Paulo, Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *Revolução em ponto zero*. São Paulo, Editora Elefante, 2018.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

KERGOAT, Danièle. “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. Revista novos estudos CEBRAP, n.86. 2010.

MACHADO GOUVEA, Marina. *Imperialismo e método: apontamentos críticos sobre problemas de tática e estratégia*. 2016. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MACHADO GOUVEA, Marina. “Considerações sobre marxismo, filosofia da práxis e ‘questão social’ “. In: Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social. Vitória, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. Ediciones Era, 1973.

MARX, Karl [1859]. (Prefácio). In: *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, Karl [1857]. “Introdução”. In: *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, Karl [1843]. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

MARX, Karl. *O Capital*, 3vs. São Paulo: Boitempo. Várias edições.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)>

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. “Sobre a essência humana em Marx”. In: *Filosofia da práxis*. Expressão Popular/CLACSO, 2007.

NETTO, José Paulo. Cinco notas sobre a ‘questão social’. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

VOGEL, L. *Marxism and the Oppression of Women. Toward a Unitary Theory*. Nova Jersey: Rutgers University Press, 1983.